

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Faculdade de Educação  
Licenciatura em Pedagogia



## AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ALICE FRANKLIN GOMES DE SOUZA

RIO DE JANEIRO  
2017

ALICE FRANKLIN GOMES DE SOUZA

AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irene Giambiagi

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito essencial para obtenção de grau na Licenciatura Plena em Pedagogia.

RIO DE JANEIRO  
2017



Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Faculdade de Educação  
Licenciatura em Pedagogia

**Título: As múltiplas linguagens na alfabetização de jovens e adultos**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irene Giambiagi – (FE/UFRJ)

---

Parecerista: Prof. Dr. Reuber Gerbassi Scofano (FE/UFRJ)

---

Parecerista: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Moura (FE/UFRJ)

Aos meus pais, Claudio e Rosangela, que tudo fizeram e fazem por mim. Pela vida que me deram, por todo o esforço que gastaram, por todo o amor que me foi doado.

*“Nosso amor não finda, mesmo se eu morrer de amores por vocês” (À distância – Zeca Pagodinho).*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela vida que me deu, por me abençoar e acompanhar em todos os momentos e por nunca faltar quando eu mais precisei. Toda honra e toda glória a Ti, Senhor!

Agradeço aos meus pais, Claudio e Rosangela, por tudo. Pelas horas de sono perdidas comigo, pelo esforço em sempre querer o meu melhor, pelo carinho, o amor e a dedicação dados durante todos esses anos. Serei eternamente grata. Eu amo vocês!

Agradeço a minha irmã Carolina pela paciência, pela amizade, lealdade e companheirismo durante sua vida e principalmente durante esse período acadêmico. Sua hora também irá chegar e eu estarei na primeira fila, te aplaudindo de pé. Eu te amo!

Agradeço aos amigos e parentes que sempre me apoiaram e me ajudaram a seguir firme nessa jornada. Tudo valeu muito a pena.

Agradeço principalmente a minha orientadora, Irene Giambiagi, por ter me acompanhado e não ter desistido de mim. Obrigada, professora!

E, por fim, agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro, especificamente ao corpo docente, por ter me concedido todo o aprendizado vivido e desfrutado durante essa jornada acadêmica. Nada foi em vão, professores, acreditem.

## **RESUMO**

Os alunos da educação de jovens e adultos, sujeitos ativos e protagonistas na construção de seus conhecimentos, precisam ser respeitados e inseridos no mundo social de forma significativa, com métodos atuais que considerem suas experiências anteriores e suas histórias de vida. Esses métodos precisam ser contemplar e valorizar as qualidades desses alunos de acordo com suas especificidades. Este trabalho consiste em um estudo sobre as múltiplas linguagens utilizadas na educação de jovens e adultos, tendo como ponto de partida uma breve abordagem histórica da EJA no Brasil. Enfocam-se também aspectos importantes que permeiam as discussões acadêmicas sobre a formação de professores na área. Finalmente, enfatiza-se como a diversidade no uso dessas formas de linguagem auxilia aluno e professor no processo de ensino-aprendizagem.

**PALAVRAS CHAVE:** educação de jovens e adultos; múltiplas linguagens; aprendizagem.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 8  |
| <b>CAPÍTULO 1</b> – Breve abordagem histórica da Educação de Jovens e Adultos<br>no Brasil, suas características e especificidades ..... | 10 |
| <b>CAPÍTULO 2</b> – Os educadores da EJA e sua formação .....  | 26 |
| <b>CAPÍTULO 3</b> – As múltiplas linguagens na EJA.....  | 34 |
| 3.1 – Como o uso das múltiplas linguagens na EJA auxilia na alfabetização<br>dos alunos?.....  | 35 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 46 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | 48 |

## INTRODUÇÃO

A expectativa de muitos alunos das escolas de educação de jovens e adultos é uma repetição do modelo de escola que abandonaram ou onde nunca estiveram, muitas vezes vivido ou revivido por meio da educação de seus filhos: a escola de conteúdo no quadro, notas a receber, uma escola sem vozes ou só com uma voz principal, a do professor.

Atualmente, é possível construir espaços educativos diferentes, de diálogo e respeito pela experiência de vida dos jovens e alunos, sem reduzir a leitura e a escrita à sistematização dos saberes, às questões disciplinares, conforme os alunos esperam. Assim, entra em ação o trabalho dos professores, explorando os saberes de todas as áreas, desenvolvendo práticas de alfabetização, leitura e escrita, teatro, fotografia, informática, entre outros, mas tendo em comum um mesmo ideal para praticá-los: a escuta desses alunos da EJA.

Os professores da educação de jovens e adultos se baseiam nos tipos de linguagens a serem usadas para a mediação entre o sujeito e o ambiente. Quanto mais os professores enriquecem as linguagens dos alunos, mais conseguem tornar seus pensamentos ágeis, sensíveis e plenos. Esse uso de múltiplas linguagens permeia significativamente o trabalho na educação, principalmente na educação de jovens e adultos, junto com a oralidade e a escrita.

Por vezes, quando citamos o uso da linguagem, é comum remetermo-nos à linguagem verbal e escrita, igualmente fundamental para o desenvolvimento do ser humano; no entanto, alguns professores acabam priorizando essas duas formas de linguagem na educação dos jovens e adultos, em detrimento de outras, privando os alunos de novas vivências e de novas experiências que ampliem seus conhecimentos. Nesse sentido, a EJA vem buscando superar esse entendimento de linguagem, considerando que o ser humano se comunica e se expressa por meio de múltiplas linguagens. Procuramos enfatizar ao longo do trabalho como o uso dessas diversas formas de linguagem auxiliam os professores e os alunos no processo de alfabetização.



No primeiro capítulo, realizamos um breve histórico da EJA, seus principais ideais e movimentos que caracterizaram a educação de jovens e adultos no Brasil. No segundo capítulo, questionamos a formação do educador da EJA e como a prática de ensino nessa modalidade tem sido trabalhada no cenário brasileiro. Por fim, no terceiro capítulo, analisamos o uso das múltiplas linguagens na didática de sala de aula enriquece o trabalho docente e colabora para tornar significativo o processo de alfabetização.

Destacamos Paulo Freire, Moacyr de Góes, Regina Leite Garcia e Jaqueline Moll como principais referenciais teóricos que nortearam a construção deste trabalho.

O presente trabalho pretende apresentar e promover a reflexão sobre o uso de múltiplas linguagens na educação dos jovens e adultos brasileiros. Aborda a importância e as possibilidades de trabalhar essas formas de comunicação e expressão como linguagens na educação para construir, juntamente com os outros saberes escolares, uma nova forma de encarar o mundo com senso crítico.

## **Capítulo 1: Breve abordagem histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, suas características e especificidades**

O presente capítulo tem como objetivo principal analisar alguns dados importantes que dizem respeito ao histórico da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, dados esses que se justificam como meio para adentrar o leitor no tema estudado. Procuramos abordar também no capítulo inicial questões como as características dos alunos de EJA e suas especificidades.

Quando nos referimos ao analfabetismo, podemos remeter-nos a essa questão desde o período colonial brasileiro. Nesse período, os religiosos cumpriam suas obrigações na função educativa missionária para a grande maioria adulta local, distribuindo o evangelho no meio social, com o intuito de ensinar os ofícios necessários para o bom funcionamento da economia colonial, instruindo primeiramente os índios e mais tarde os negros escravos. Mas é no século XX que o analfabetismo passa a ser concebido como um problema nacional, devido aos péssimos resultados do Brasil nas pesquisas internacionais sobre indicadores educacionais.

A EJA foi inicialmente desenvolvida na década de 30, com uma perspectiva priorizada para a alfabetização da população que não mantinha uma escolarização regular, devido aos percalços prejudiciais da vida, que retiveram essa mesma população fora da escola na idade adequada. Em 1934 foi criado o Plano Nacional de Educação, que previa o ensino primário integral obrigatório e gratuito estendido às pessoas adultas. O mesmo governo passou a integrar essas pessoas aos estudos, oferecendo-lhes somente a possibilidade da leitura e da escrita inicial, as operações básicas da matemática, as principais funções de cidadania, higiene e saúde, noções de geografia e história brasileiras, puericultura e economia doméstica – essas duas últimas somente para as mulheres –, sem o acréscimo de qualquer outro fator educacional que enriquecesse seu vínculo com os estudos. O governo tinha a ideia de que o analfabeto aprendesse somente a ler e escrever de forma básica e superficial, como o seu nome, por exemplo,

para o acesso ao voto, já que nas primeiras eleições no Brasil<sup>1</sup> exigia-se que a cédula eleitoral (não havia título de eleitor) fosse assinada. Logo, só podia assinar para votar quem fosse alfabetizado.

Diante das deficiências e negligências com a população brasileira mais pobre, movimentos educacionais foram criados, a fim de reverter tal situação na área educacional e, principalmente, na área política, tendo como bandeira de luta eliminar a subordinação dos trabalhadores, visando à formação de seres críticos, capazes de defender seus ideais. Assim, no início da década de 1960, surgiu no Recife o Movimento de Cultura Popular (MCP), que se baseava na conscientização das massas populares por meio da alfabetização e da educação de base. O MCP tinha como objetivo realizar uma ação comunitária de educação popular, a partir de uma pluralidade de perspectivas, com ênfase na cultura popular, além de formar uma consciência política e social nos trabalhadores, preparando-os para uma efetiva participação na vida política do País, como ressalta um dos seus idealizadores, Germano Coelho (apud ROSAS, 2002, p.439):

“[...] O Movimento de Cultura Popular nasceu da miséria do povo do Recife. De suas paisagens mutiladas. De seus mangues cobertos de mocambos. Da lama dos morros e alagados, onde crescem o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome. Suas raízes mergulham nas feridas da cidade degradada. Fincam-se nas terras áridas. Refletem o seu drama como “síntese dramatizada da estrutura social inteira”. Drama também de outras áreas subdesenvolvidas. Do Recife, com 80.000 crianças de 7 a 14 anos de idade sem escola. Do Brasil, com 6 milhões. Do Recife, com milhares e milhares de adultos analfabetos. Do Brasil, com milhões. Do mundo em que vivemos, em pleno século XX, com mais de um bilhão de homens e mulheres e crianças incapazes sequer de ler, escrever e contar. O Movimento de Cultura Popular representa, assim, uma resposta. A resposta do prefeito Miguel Arraes, dos

---

1- Essa situação perdurou até a Constituição de 1988, quando os parlamentares eleitos nas primeiras eleições diretas após 21 anos de governo militar apresentaram a nova Constituição do país, vigente hoje. É ela que prevê o alistamento eleitoral e o voto obrigatório. Mas os analfabetos, os que têm entre 16 e 18 anos e os que têm 70 anos ou mais têm a opção de se abster.

vereadores, dos intelectuais, dos estudantes e do povo do Recife ao desafio da miséria. Resposta que se dinamiza sob a forma de um Movimento que inicia, no Nordeste, uma experiência nova de Universidade Popular[...].”

Engajados nesses movimentos que tinham como finalidade conscientizar a camada popular precária, outros educadores foram desenvolvendo seus trabalhos, e assim os jovens e adultos menos favorecidos foram ganhando espaço no ambiente educacional e brasileiro. Paulo Freire<sup>2</sup> em Pernambuco e Moacyr de Góes<sup>3</sup> no Rio Grande do Norte começaram a desenvolver alguns trabalhos de alfabetização, com base em métodos e objetivos que buscavam adequar o trabalho a determinados alunos, dando origem a novas maneiras de se pensar a alfabetização de jovens e adultos, diferenciando esses métodos dos que eram destinados às crianças nas escolas regulares e abrindo margem para que a alfabetização fosse algo que superasse os atos de ler e escrever o básico, como o próprio nome, por exemplo.

Osmar Fávero<sup>4</sup> destaca no trecho a seguir a grande deficiência educacional e política que fizeram aguçar nos educadores a vontade de contemplar as camadas populares com uma política que atendesse e desenvolvesse, nessas camadas, em seus pensamentos, a vontade de se posicionar como seres humanos:

“[...] O primeiro fato fundamental que marca os anos de 1960 é a realização do 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos,

---

<sup>2</sup> - Paulo Freire (1921-1997), importante educador brasileiro, com atuação e reconhecimento internacionais, e conhecido principalmente pelo método de alfabetização de adultos que leva seu nome, desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político. Para Freire, o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno. Isso significa, em relação às parcelas desfavorecidas da sociedade, levá-las a entender sua situação de oprimidas e agir em favor da própria libertação. Um dos principais livros de Freire intitula-se justamente “Pedagogia do Oprimido”, e os conceitos nele contidos baseiam boa parte do conjunto de sua obra, como é o caso de “Educação e Mudança”, “Ação Cultural para a Liberdade”, “Pedagogia da Autonomia”, “A importância do ato de ler”, entre outros.

<sup>3</sup> - Moacyr de Góes (1930-2009) foi um escritor, educador e bacharel em Direito brasileiro. Tornou-se notório por seu trabalho como Secretário de Educação, em Natal, durante o governo de Djalma Maranhão, na década de 60, como Secretário de Educação, no Rio de Janeiro, no governo de Saturnino Braga e como docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na década de 80. Como escritor e educador, idealizou e implementou o movimento de alfabetização popular, com a campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler", criada em 1961. Apesar de ter beneficiado mais de 40 mil alunos com esse projeto, foi afastado do cargo e de suas funções públicas pelo golpe militar de 1964.

<sup>4</sup> - <http://forumeja.org.br/df/files/leiamais.apresenta.pdf>, p.5, consultado em: 03/12/2016.

realizado no Rio de Janeiro em 1958. A maioria das teses e as propostas feitas nesse Congresso abordam a melhoria da escola primária, como educação popular de crianças. Nesse momento já se fala também em escola supletiva para adultos, compreendendo a alfabetização e a escolarização da primeira à quarta série. O mais importante, porém, é o aparecimento de uma tese inovadora. Todos os grandes congressos nacionais, promovidos pelo MEC, eram preparados por encontros estaduais, cujas representações traziam seus relatórios, teses e propostas para serem apresentadas e defendidas no congresso nacional. A delegação de Pernambuco, da qual fazia parte Paulo Freire, defende, em seu relatório, que o problema do analfabetismo no Nordeste era um problema social, não um problema educacional; era a miséria da população que gerava o analfabetismo. Ou se enfrentava a miséria da população ou não tinha nenhum sentido enfrentar o analfabetismo [...]”.

O Método Paulo Freire, desenvolvido a partir da realidade vivenciada pelo educador em Pernambuco na década de 50, consiste em uma proposta desenvolvida por ele para a alfabetização de adultos. Freire utilizou pela primeira vez para alfabetizar alunos trabalhadores, no início da década de 60, palavras e expressões vivenciadas em seu cotidiano, explorando sua realidade e seu dia-a-dia, a fim de torná-los pensadores críticos. No Método Paulo Freire eram identificadas, a partir de círculos de cultura originalmente feitos no MCP, palavras e expressões que faziam parte do cotidiano da turma. Eram as chamadas “palavras geradoras”, a partir das quais era desenvolvido o processo de alfabetização dos alunos.

Já a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, de Moacyr Góes, teve início também na década de 60, com a implantação do então ensino primário de quatro anos para crianças dos bairros pobres de Natal, RN, em escolas de chão batido e cobertas de palha. Esse projeto criou efetivos instrumentos para oferecer uma educação de qualidade. As ações foram sendo então ampliadas com a instalação de bibliotecas populares, praças de cultura, museus de arte popular e pela intensa valorização das festas, músicas e danças populares. Essas ações foram ainda complementadas com a alfabetização de adultos, com base em uma adaptação do “*Livro de Leitura para*

*Adultos do Movimento de Cultura Popular*”, e com a campanha “*De pé no chão se aprende uma profissão*”, que oferecia cursos de sapataria, corte e costura, alfaiataria, encadernação, barbearia, entre outros. A campanha de Moacyr de Góes foi uma das experiências mais importantes dos anos 60, no que diz respeito à formatação de um novo modo de oferecer o ensino, desde a estrutura física das escolas até sua programação de aulas e atividades e as inovações metodológicas introduzidas.

Ao descrever resumidamente alguns dos movimentos educacionais importantes oriundos da década de 60 citados no texto, percebemos que as necessidades daqueles alunos exigiam o desenvolvimento de outras propostas capazes de serem adequadas ao segmento desejado, já que, diferentemente do que ocorria com as crianças, os jovens e adultos não alfabetizados carregavam consigo bagagens culturais que necessitavam ser exploradas para uma maior adequação aos estudos e para o aprofundamento de um vínculo com os conteúdos a serem estudados. Esses alunos se tornaram analfabetos devido a diversos fatores que os tiraram da escola na idade de serem alfabetizados. Segundo Moll (2008, p.11):

“[...] quando falamos em adultos em processo de alfabetização, no contexto social brasileiro, nos referimos a homens e mulheres marcados por experiências de infância na qual não puderam permanecer na escola pela necessidade de trabalhar, por concepções que os afastaram da escola, como de que ‘mulher não precisa aprender’ ou ‘saber os rudimentos da escrita já é suficiente’... Referimo-nos a homens e mulheres que viveram e vivem situações-limite nas quais o tempo de infância foi, via de regra, tempo de trabalho e de sustento das famílias [...]”.

De acordo com Paiva e Oliveira (2009), alguns programas contínuos de alfabetização de adultos propostos pelos governos no século XX tenderam a, na maioria das vezes, apresentar propostas únicas para todo o país, não levando em conta as múltiplas especificidades das diversas regiões brasileiras, além de apresentarem inadequações nas

propostas curriculares e metodológicas com relação à faixa-etária e ao perfil socioeconômico dos alunos.

Quando nos referimos à faixa-etária e ao perfil socioeconômico do educando, queremos destacar o fato de que é possível encontrar adultos em variadas situações de letramento, mas que não possuem escolaridade adequada à idade e que por isso estão no mesmo nível de aprendizagem no processo de iniciação à alfabetização. Esse letramento é exemplificado pelo fato do aluno saber ler sem conseguir, porém, interpretar o que está escrito. Também nos referimos a adultos que tentaram inúmeras vezes voltar a estudar e, no entanto, os sistemas dos programas de alfabetização e de educação para adultos no país fizeram-nos reféns de uma lógica do real compromisso da política educacional, que era historicamente de somente aprender a ler e a escrever. Mencionamos também homens e mulheres que vivem diferentes cotidianos, em várias cidades do Brasil, que conseguem driblar situações originadas do analfabetismo e que produzem sujeitos capazes de sobreviver assim. Citamos como exemplo aqueles sujeitos que só conhecem o ônibus que devem pegar pela cor, ou porque gravaram a codificação no alto de seu letreiro. São sujeitos que perguntam, por exemplo: “Qual o preço desse produto na prateleira?”, “Esqueci meus óculos em casa hoje, pode-me dizer o preço deste produto?” ou, ainda, que pedem para “escrever um bilhete”, alegando desculpas semelhantes.

Restaurar o percurso de volta desses jovens e adultos ao âmbito escolar é um dos primeiros desafios dos sujeitos marcados por diversas situações escolares, que lhes são, na maioria das vezes, desfavoráveis. Para muitos deles, a escola ficou para trás, no tempo de criança, mas ainda permanecem com o desejo de aprender a ler e a escrever, sem vergonha de dizer ou de assumir esse direito, mesmo que tardio.

Por isso, as propostas curriculares devem estar voltadas para a defesa dos ideais dos grandes teóricos e educadores que atuam com adultos. Segundo Leite (2013), os educadores que desenvolvem trabalhos com a EJA, como Paulo Freire, se concentram na concepção de Educação Continuada, através da aprendizagem ao longo da vida.

Freire (1996) cita o educando que conhece os objetos e, ao fazê-lo, descobre que é capaz de identificá-lo, assistindo à imersão de significados em cujo processo vai-se

tornando também significador crítico. O educando, quando conhece o objeto, passa a saber o que esse é de fato e consegue dar-lhe seu próprio sentido. Ele sabe para que serve e qual é o papel real do objeto, além de julgá-lo para si se é essencial ou não em sua vida. Ou seja, o educando se torna realmente um educando na medida em que ele se reconhece como tal ou vai conhecendo e se apropriando dos conteúdos e os objetos apresentados na alfabetização, não na medida em que o educador vai depositando nele a descrição desses objetos ou dos conteúdos para serem aprendidos como uma Educação Bancária<sup>5</sup>.

O aluno da EJA conhece-se e reconhece-se conforme consegue consolidar a prática do aprender. O aluno adquire, por meio de suas vivências e do seu *capital cultural*<sup>6</sup>, conhecimentos sobre o conteúdo que é explorado, situando o objeto de estudo à sua realidade, tornando assim mais significativa a aprendizagem escolar. O aluno passa a enfrentar as dificuldades de sua defasagem como conquistas que ele adquire no decorrer de sua vivência escolar, tendo sempre em mente que a aprendizagem é contínua.

Atualmente, é necessário atender de maneira diferente os adultos e os jovens. Em ambas as etapas da vida há diferentes expectativas e ideais quanto à educação. Apesar da educação de jovens e adultos ter a dupla função de formar para a cidadania e de preparar para o mundo do trabalho, essas funções se colocam de variadas maneiras para os jovens e os adultos.

Para alguns jovens, a EJA se torna uma via mais fácil de adentrar no mundo dos estudos, tendo em vista que eles não tiveram anteriormente a oportunidade de estudar em boas escolas, com bons professores que os auxiliassem na busca de um bom desempenho escolar. Grande parte desse mal vem dos governos que não valorizam a educação ou não investem o necessário para atender à demanda brasileira. Muitos jovens estão nessa situação por não terem tido bom suporte educacional e por terem deixado de estudar, por falta de estímulo familiar, pela necessidade do sustento da

---

<sup>5</sup> - Paulo Freire se refere à Educação Bancária como aquela em que o professor depositaria o conhecimento em um aluno desprovido de seus próprios pensamentos. Segundo o autor, tal sistema só manteria a estratificação das classes sociais, servindo o ensino de mero treinamento para a formação de massa de trabalho, impossibilitando o aluno de ser crítico e de construir seus próprios pensamentos.

<sup>6</sup> - Segundo Bourdieu (1999), o *capital cultural* se refere ao conjunto de recursos e competências adquiridos ao longo da vida pelo sujeito, recursos estes relacionados à cultura, aos hábitos, a atributos e títulos escolares conquistados.



família ou por falta de uma educação de qualidade, digna de materiais didáticos de excelência, merenda que os satisfizessem e acompanhamentos pedagógicos adequados. Nesses casos, a evasão escolar passada se torna um dos maiores fatores para a procura dos jovens pela EJA, já que esses alunos foram vítimas do processo evasivo e deixaram de estar nas escolas na idade adequada. Porém, em outros casos, o adulto está lá por não ter estudado ao longo da infância, por não ter tido oportunidade de estudo onde morava ou porque teve que trabalhar para o sustento da família e foi vivendo sua vida, deixando de lado a escolaridade, tendo construído sua própria família, com um emprego, mas ainda sentindo-se excluído da sociedade e vendo nesse momento a educação de jovens e adultos como uma forma de sair do quadro de exclusão, de analfabetismo.

Nesse sentido, a função reparadora da EJA não diz respeito apenas à entrada dos jovens e adultos na esfera dos direitos civis, como é mencionado no artigo 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988 ("A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"), mas também ao reconhecimento da igualdade de acesso aos bens culturais de qualquer ser humano.

Nessa vertente sociológica, temos que pensar o currículo da educação de jovens e adultos como um entendimento a respeito de quem são as pessoas a que ele se destina, com atividades educativas que compensem o tempo em que eles não estiveram integrados à escola, com oportunidades e acesso às escolarizações pertinentes à legislação e de acordo com sua faixa etária, tornando esse currículo igualitário, comum a todos.

Vóvio e Kleimann (2013, p.179) citam que nos discursos nacionais e internacionais de diversos domínios públicos, a EJA é assinalada como processo fundamental para a construção de uma sociedade inclusiva e democrática. Segundo as autoras:

“[...] a alfabetização é tomada como etapa fundamental para dar início e continuidade à escolarização, processo que deve prover o acesso a bens culturais construídos ao longo da história e a modelos culturais de ação, fundados em saberes, valores e práticas socialmente prestigiados [...]”.

Distinta da ideia antiga de formar alunos aptos somente para o mercado de trabalho, a EJA atualmente tem como proposta o conceito de Educação Continuada, entendida como formação para o desenvolvimento humano, em sentido mais amplo do que é proposto. O indivíduo estaria então sempre aprendendo, independentemente de sua idade ou de seu perfil social.

É questionável afirmar que as campanhas e os movimentos de massa não conseguiram ou não conseguirão resolver o problema do analfabetismo no Brasil, principalmente da população jovem e adulta. Essa é uma problemática que tem a raiz fincada na injustiça e na desigualdade social. É oriunda da ausência e da insuficiência da escolarização de crianças e adolescentes. Grande parte dos analfabetos existentes no país já passou por algum tipo de escolarização na infância, mas essa não foi suficiente para sustentá-los como sujeitos-educandos. Hoje em dia, muitos jovens saem das escolas sem uma aprendizagem adequada, mal conseguindo ler ou escrever, pois a política brasileira continua a oferecer escolas pobres, de má qualidade e com profissionais mal formados para enfrentar os desafios da atualidade.

No entanto, a educação de jovens e adultos tornou-se uma instância de ensino variada e difícil, pois no Brasil ela ainda é marcada pelo estigma do analfabetismo e pelas histórias de fracasso e evasão escolar, embora seja constitucionalmente entendida como um direito assistido e assegurado a todos aqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar e concluir seus estudos na idade adequada. Entretanto, vimos que mesmo com a concepção de Educação Continuada sendo idealizada na maioria dos projetos político pedagógicos escolares, nas escolas de jovens e adultos, a mesma EJA se contradiz na prática e está voltada, na maioria das vezes, para o acolhimento dos alunos oriundos do fracasso escolar que tendem a usufruir do mercado de trabalho mais cedo.

Eles ingressam na educação de jovens e adultos formalmente, pois estão voltados para a empregabilidade, como forma de garantir o seu sustento na sociedade.

Segundo Pinto (1997), na medida em que a sociedade vai se desenvolvendo, a necessidade da educação de adultos se torna mais imperiosa. É porque na verdade os adultos já estão atuando como educandos, apenas não em forma alfabetizadora, escolarizada. A sociedade se apressa em educá-los não para criar uma participação, já existente, mas para permitir que esta se faça em níveis culturais mais altos e com maior identificação identificados com os prêmios da área dirigente, cumprindo o que a sociedade julga como um dever moral, quando na verdade não passa de uma exigência econômica tanto do mercado de trabalho quanto do nível social da população moderna.

Ainda segundo Pinto (idem), a participação cada vez mais ativa das massas – incluindo o grande número de analfabetos – no processo político de uma sociedade, expande a consciência do trabalhador e lhe ensina por que e como deve caber a ele – ainda que analfabeto – uma participação mais intensa no meio social.

Com o passar dos anos e depois das diversas mudanças na história do Brasil, a educação brasileira criou um aspecto legalmente importante para o desenvolvimento do país. Assim, após as mudanças ocorridas com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9394/96, a EJA já não era mais considerada um ensino supletivo ou Mobral<sup>7</sup> e passou a ser intitulada como modalidade do ensino fundamental e médio da educação básica.

Mesmo com as mudanças que ocorreram durante um difícil período histórico brasileiro, o período da ditadura militar, a EJA deixou algumas marcas, como a rápida escolarização, originadas do Mobral. Mediante essas marcas se justificariam alguns aspectos que abrangem a EJA, em sua maioria, como: a falta de exigência dos cursos no

---

<sup>7</sup> - O Movimento Brasileiro de Alfabetização foi instituído legalmente em 1967, mas só teve início nas classes de alfabetização em 1970, quando foram firmados convênios entre estados e municípios, cuja principal meta era erradicar o analfabetismo em 10 anos, o que não se foi cumprido. O Mobral foi extinto em 1985, sendo substituído pela Fundação Educar, que surgiu nesse mesmo ano e foi extinta em 1990, com o objetivo de promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não-formais, destinados aos que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos prematuramente). Logo após a Fundação Educar, surgiu em 1985 o PNAC, Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, que só durou um ano, pois seguia as mesmas regras dos antigos cursos. Por fim, surge a EJA que perdura até os dias de hoje.

processo de avaliação que ocorre em algumas escolas e o fato dos alunos não terem muito interesse nas aulas, estando estão ali para “passar o tempo”, visando ao certificado de conclusão o mais rápido possível, não se preocupando com a qualidade do ensino que lhes é ofertado, tendo como exemplo os alunos mais jovens e por vezes vistos como indisciplinados.

Deve-se valorizar o aluno que busca ansiosamente o tempo perdido, marcado pelas pressões do mundo. Para esse aluno, o modelo que norteia suas ações seria o mercado de trabalho. Porém, não se justifica uma rápida oferta de escolarização para esse aluno. A educação precisa basear-se na igualdade do direito ao acesso aos conhecimentos adquiridos na escola e não se deve pautar pelas exigências do mercado de trabalho. Da mesma forma, não se justifica a concepção de que os alunos da EJA são “desinteressados”, “preguiçosos” ou que estão na sala de aula somente para obter um certificado. As concepções citadas acima não devem se referir aos inúmeros trabalhadores e trabalhadoras que retomam os estudos após diversas dificuldades da vida e que conciliam a família, o trabalho e a escola, na expectativa de aprender mais e mais conteúdos que os auxiliem de alguma maneira em seu cotidiano, e que na maioria das vezes lhes serve de estímulo e força para continuar a viver.

Todavia, a escola tem que atender os alunos jovens e adultos e reconhecê-los como sujeitos que também têm direito à educação. É preciso valorizar e englobar conhecimentos prévios com os escolares unindo o aprendizado acumulado durante toda a vida e levar para dentro da sala de aula uma sintonia entre o conhecimento prévio escolar e o capital cultural, para que, juntos, professor e alunos se auxiliem na produção de novos conhecimentos.

Diante dessa realidade, as mudanças não advêm somente com a Lei nº 9394/96. Elas fazem parte de todo um contexto histórico de muita luta e da defesa da educação como direito, que vai se desencadeando desde a Constituição Federal de 1988 até alcançar os dias de hoje. Podemos destacar o Artigo 208 da Constituição Federal, que norteia a educação brasileira e estabelece algumas mudanças necessárias para o desenvolvimento escolar dos alunos:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I- Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurando inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;
- II- Progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III- Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV- Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
- V- Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI- Oferta de ensino regular, adequado às condições do educando;
- VII- Atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa a responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

(CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

O artigo 208 da Constituição Federal define parâmetros para a educação dos alunos brasileiros. Porém, a simples produção legislativa não representa uma mudança real na educação. É preciso conciliar a política e a prática para que tenhamos um país realmente

equiparado para suprir a demanda educacional da população. Devemos lembrar que, segundo as leis, é papel do Estado fornecer instalações, transporte e materiais para que os profissionais da educação possam atuar na formação de alunos e esses profissionais devem estar sempre atualizados quanto as metodologias e técnicas de ensino para melhor atender aos sujeitos.

Desde a mudança na LDB, a menção à obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental para todas as idades, à progressiva universalização do ensino médio e ao ensino noturno adequado às condições do educando foram instruções referentes ao campo da EJA no Fórum em Defesa da Escola Pública, que movimentou o processo de elaboração da nova LDB, na tentativa de superar as características negativas vindas da insuficiente sistematização do Mobral e do ensino supletivo. Essa perspectiva de mudança veio intensificar a elaboração de uma proposta de educação para jovens e adultos trabalhadores, como consta no Projeto da LDB aprovado na Câmara dos Deputados, em 1993, e que foi alterada, tornando-se conhecida com a Lei Darcy Ribeiro, aprovada pelo Senado, que garante a EJA como uma modalidade do ensino fundamental e médio assegurado a todos, independentemente da idade.

Observamos que a mudança de nome de Mobral ou ensino supletivo para educação de jovens e adultos não é somente uma troca de nomenclatura, mas, sim, uma mudança de paradigma: da transparente concepção de compensar os estudos perdidos para uma perspectiva de direito à educação a esses cidadãos prejudicados de alguma maneira durante a vida. Contudo, as mudanças também devem ser feitas em outros aspectos. E já vêm ocorrendo, não tão ligeiras, mas de alguma maneira estão sendo trabalhadas nas escolas e nos cursos de formação de professores, dois outros campos importantes que abordam a EJA. A formação do professor de EJA precisa ser sempre atualizada e pesquisada para a melhoria do ensino brasileiro. É necessário que o docente esteja em constante processo de formação, buscando sempre qualificar-se para formar-se com a capacidade de refletir sobre sua prática educacional, sobre sua docência, já que é através do processo reflexivo que se tornará um profissional capaz de construir sua identidade profissional docente. Dessa forma, ele será capaz de se adaptar às diversas e rápidas mudanças no campo educacional, enfrentando assim as dificuldades encontradas na realidade da sala de aula.

Segundo Leite (2013), apesar dos avanços de todas as ideias para a educação de jovens e adultos, ainda não há no Brasil uma política educacional efetiva para a área. Somente em 2007, com o Fundeb (Lei nº 11.494), a EJA entra nos planos de um possível financiamento administrado pelo governo federal, com uma previsão de, no máximo, 15% dos recursos para o setor, podendo haver ou não uma participação crescente. Mas não existe hoje em dia uma política voltada para a EJA no Brasil, o que dificulta o planejamento para essa área.

Não é mais aceitável acreditar que seja possível alfabetizar jovens e adultos em apenas alguns meses. É preciso planejar a educação de jovens e adultos como um processo educativo amplo, que pode iniciar-se na alfabetização, mas pode também estar articulada a outros pilares anteriormente negados ou mal garantidos. Porém, nesse sentido, a ausência de bons currículos no ensino superior para a formação de professores da EJA, bem como a convocação de voluntários para lecionar na educação de jovens e adultos, que muitas vezes não têm preparo algum para alfabetizar, tornam-se exemplos de exclusão por parte dos alunos jovens e adultos. Esses são alguns dos possíveis fatores determinantes para o alto índice de evasão nas classes de educação de jovens e adultos, segmento em que não raras vezes é possível encontrar professores aplicando erroneamente em salas de aula de EJA práticas pedagógicas voltadas para a alfabetização de crianças.

São inúmeros os desafios para a implementação e a elaboração de políticas da EJA no Brasil, muitos já bastante conhecidos e discutidos. Cabe ressaltar, ainda, a existência de desafios de origem pedagógica. Um dos desafios seria a reposição da motivação ideológica e o compromisso político com os alunos desse segmento. Trabalhar conforme o método Paulo Freire, para o qual o sujeito se torna político e consegue argumentar e desenvolver suas ideias, estimular o aluno a que exponha seus direitos e seja ativo na sociedade, basear-se no aprendizado do cotidiano e a partir dele alfabetizar, faz do aluno da EJA um elemento fundamental para a elaboração dessas novas políticas de origem pedagógica.

Segundo Paiva e Oliveira (2009, p.22):

“[...] A educação de jovens e adultos, na contemporaneidade, adquire um novo sentido. Tal sentido é fruto das práticas que se vão fazendo nos espaços que educam nas sociedades: escolas, movimentos sociais, trabalho, práticas cotidianas [...]”.

Mediante o atual panorama, composto por inúmeros fatores que caracterizam hoje a EJA e que explicariam as dificuldades para enfrentar seus desafios, podemos selecionar alguns que, a meu ver, são importantes para explicar porque essa ineficiência educacional continua acontecendo. As propostas pedagógicas inadequadas aos adultos são oriundas da má formação dos professores que, muitas vezes, fazem uso de métodos didáticos semelhantes aos voltados para as crianças. Os professores que utilizam tais propostas infantilizam o aprender desse segmento, o que desmotiva o aluno e colabora para que evada das classes escolares. Observamos também as formas como o currículo da EJA é abordado, como os conhecimentos se desenvolvem, bem como a organização do currículo para a área. Os dois fatores apontados estão relacionados à formação do professor de EJA.

Segundo Leite (2013), na relação entre professor e aluno, o professor tem um papel ativo: o papel da mediação pedagógica, que é fundamental para o processo de apropriação do conhecimento pelo aluno. Contudo, percebemos que o papel do professor e o currículo, junto com a abordagem e a linguagem utilizada no segmento da EJA, são mais importantes que qualquer outro tipo de metodologia. Para que essa relação aconteça, formas adequadas de se ministrar algumas situações têm que ser expostas e estudadas, a fim de que possam ocorrer melhorias para essa classe tão desfavorecida na sociedade brasileira atual.

Com relação aos aspectos acima destacados, Paiva e Oliveira (2009, p.31) afirmam:

“[...] A complexidade do mundo contemporâneo exige um aprender continuamente, por toda a vida, ante os avanços do conhecimento



e a permanente criação de códigos, linguagens, símbolos e de sua recriação diária. Exige não só o domínio do código da leitura e da escrita, mas exige, também, competência como leitor e escritor de seu próprio texto, de sua história, de sua passagem pelo mundo. Ao mesmo tempo, exige reinventar os modos de sobreviver, transformando o mundo [...]”.

Fica clara a necessidade de se pensar o atendimento educacional e as condições de oferta como um todo, quando se tem a educação básica como objetivo e direito para uma população que enfrenta níveis alarmantes de desigualdade. Os conteúdos devem ser ofertados de maneira variada, que faça aguçar nos sujeitos o despertar para a aprendizagem. Educar jovens e adultos não se restringe a tratar de conteúdos intelectuais, mas implica lidar com valores, com formas de respeitar e reconhecer as diferenças e os iguais. E isso se faz desde o lugar que devem ocupar as políticas públicas. Pois, de que adianta impor conteúdos, se não se sabe que eles são bens produzidos por todos os homens que eles têm direitos e devem utilizá-los?

## **Capítulo 2: Os educadores da EJA e sua formação**

Diante das variadas concepções que observamos durante as mudanças no cenário da educação de jovens e adultos, a perspectiva da formação dos professores da EJA apresenta algumas questões que vêm sendo debatidas no meio educacional ultimamente: quais sujeitos estão inseridos no processo de ensino-aprendizagem da EJA? Quem são os alunos e professores da EJA? Como os professores são preparados para trabalhar nesse segmento? Neste capítulo abordaremos essas questões, com base na pesquisa bibliográfica de livros e artigos de alguns autores reconhecidos nessa área.

No Brasil, referimo-nos historicamente à formação de professores quando mencionamos as chamadas Escolas Normais, que foram o principal meio de formação desses profissionais até o período da Reforma Universitária de 1968, quando foram criadas as Faculdades de Educação. Essa reforma, ocorrida durante a ditadura militar, teve como consequência a coexistência de duas modalidades de formação de professores: o 2º grau técnico em magistério, que prepararia os professores para os anos iniciais do então 1º grau, e as licenciaturas curta e plena, nas universidades, que titulariam os professores das diversas disciplinas de 5ª a 8ª série do 1º grau e os professores das diversas disciplinas do 2º grau. O modelo educacional de formação de professores citado prevaleceu até a criação da Lei nº 9394/96. No entanto, seu formato não assegurava a formação de professores para a educação de jovens e adultos. Tal regra foi alterada no final da década de 80, quando as faculdades de educação debateram a atuação do pedagogo nas escolas e sua habilitação profissional.

O resultado do referido debate foi a compreensão de que o pedagogo deveria assumir, principalmente nas instituições públicas, diversos cargos, além do principal, que era o de ser professor. Os pedagogos poderiam atuar em diversas funções na gestão pública, como a de diretor, coordenador, supervisor, mas sem deixar de lado sua formação inicial, que era a de professor do ensino primário. A partir dessa nova abordagem para a pedagogia no Brasil, outras foram escolhidas; além delas, os professores teriam formação com ênfases específicas. Mediante isso, foi criada a ênfase em EJA.

O perfil dos professores se constitui durante sua carreira e demanda um acompanhamento a longo prazo. Alguns profissionais que compõem a educação de jovens e adultos são também, em sua maioria, oriundos do processo de alfabetização do ensino fundamental e médio regular. Nesse sentido, acabam utilizando os mesmos espaços e materiais com seus alunos da modalidade da EJA, oferecendo assim uma oferta de ensino empobrecida e que não está de acordo com os alunos caracterizados. Ainda existe a ideia, por parte de leigos e até de pessoas ligadas à educação, de que basta ter a experiência de ensinar a crianças para desenvolver em salas de jovens e adultos as mesmas metodologias e avaliações.

Cabe ressaltar que a nova LDB (Brasil, 1996), ao tratar da EJA, estabelece no art. 37, parágrafo 1º, que os sistemas de ensino deverão assegurar “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho (...)”. Porém, como exigir dos professores que garantam tais práticas se a eles não lhes é dada uma formação adequada, voltada a esse tipo de modalidade? Sendo assim, há um desafio crescente para as universidades no sentido de garantir e ampliar os espaços para discussão da EJA.

O desafio do docente da EJA é procurar fazer com que os alunos dessa modalidade problematizem as condições em que vivem e entendam que são sujeitos que contribuem socialmente para seu meio. Os professores vivem realidades que exigem conhecimentos e fazeres diferenciados, pois estão em contato com alunos que necessitam ser incentivados para seguir em frente. Para tornar sua aprendizagem significativa, o educador precisa se despir da imagem de superior e não interpretar o aluno da EJA como um indivíduo fracassado, mas, sim, como um sujeito em processo de busca de novas possibilidades de apreensão do conhecimento. O professor tem papel fundamental no processo de construção do conhecimento. Ele é o mediador entre o aluno e os conteúdos, promovendo a sua interação por meio de intervenções pedagógicas intencionais, provocadoras; ele desenvolve a ideia de que alfabetizar-se é produzir uma “leitura de mundo”. Em outras palavras, de acordo Freire (1996 p.9),

“[...] A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto [...]”.

É na experiência realizada em Angicos, Pernambuco, no ano de 1963, quando Paulo Freire alfabetizou 300 cortadores de cana em apenas 45 dias, que seu método voltado para a cultura popular buscava conscientizar e politizar ao mesmo tempo, alfabetizando e unindo política e educação, provocando a conscientização do indivíduo crítico e reflexivo. Freire (2008) afirma que seu método não ensina a repetir palavras, não se restringe a desenvolver a capacidade de pensá-las segundo as exigências lógicas do discurso abstrato; ele simplesmente concebe o alfabetizando em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade de vida, saber e poder dizer a sua palavra.

Do ponto de vista educacional, o professor precisa preocupar-se com a construção de um ambiente prazeroso, isto é, com a relação professor-aluno que se constrói no cotidiano da sala de aula. Quando encontramos um aluno da EJA, temos um adulto procedente da classe popular que, devido a circunstâncias sociais, políticas e econômicas, não teve oportunidade de fazer parte do processo de alfabetização e de escolarização na idade determinada pela Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996), em seu artigo 38, o qual determina que, no nível de conclusão do Ensino Fundamental e Médio, a idade dos alunos seja de até 15 e 18 anos, respectivamente.

Apesar de não ser uma questão nova, o problema da formação de educadores ganhou uma maior importância nos últimos tempos, quando propriamente se relacionou com o campo da educação de jovens e adultos. Perante isso, a formação dos professores da EJA tornou-se um campo pedagógico específico que demanda também uma maior atenção e cuidado para com seus participantes, para que assim ajam em conjunto na melhoria desse segmento educacional.

A maioria dos cursos de formação de professores prepara seus educandos para atuar com determinados tipos de alunos. Tais cursos aplicam conteúdos específicos a certas modalidades de ensino e ferramentas pedagógicas e metodológicas, mas na maioria dos casos estão longe de atender à realidade das escolas em que seus alunos irão atuar. Essa é uma das primeiras questões a ser enfrentada pela formação de professores da EJA, que requer repensar os currículos utilizados nos cursos de licenciatura para que haja uma igualdade com as demais modalidades de ensino. Como podemos lidar com alunos que chegam cansados, a ponto de dormir na sala de aula? Como podemos compreender a difícil jornada desse aluno que chega exausto à escola depois de um longo dia de trabalho? Como entender toda a trajetória de vida desses alunos que levam consigo bagagens extensas de experiências? Como trabalhar com turmas heterogêneas quanto à idade, quando jovens e idosos participam do mesmo espaço de aprendizagem? Como administrar no processo de ensino-aprendizagem as constantes faltas por diversos fatores, como doenças, problemas familiares ou de emprego? E como validar as aprendizagens prévias manifestadas por esses alunos e os reconhecemos como conhecimentos dentro da sala de aula? Ou ainda, como organizar curricularmente as atividades tendo que conviver com o pouco tempo presencial de que dispõe o aluno? Com relação à V CONFINTEA<sup>8</sup>, vale a pena mencionar:

“[...] A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos [...]”. (UNESCO, Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, 1997, p.42).

---

<sup>8</sup> V CONFINTEA: Conferência Internacional sobre Educação de Adultos – Hamburgo/1997.

Na EJA, os jovens e adultos pouco ou não escolarizados que vêm de uma cultura não escolar, ao ingressarem na escola, tendem a interagir com os modos de aprendizagem da instituição. Porém, o aprendizado dos alunos inicia-se muito antes do ingresso à escola, uma vez que eles aprendem a lidar com as situações, as necessidades e as exigências cotidianas da sociedade, do modo como vivem. Os sujeitos aprendem a lidar com tais situações durante a vida e aprendem “sozinhos” a lidar com as diversidades. Portanto, quando começam a estudar, já tiveram experiências com medidas, cálculos matemáticos, noções da língua materna falada, ferramentas de trabalho, além de noções de geografia e de ciências, sem ao menos perceber que já têm essas noções em sua bagagem de vida.

A aprendizagem ocorre durante a vida, por meio de interações com outras pessoas, por meio de perguntas, respostas, instruções, informações e da imitação, possibilitando seu desenvolvimento por meio de atividades e capacidades que lhes permitem ocupar seus espaços dentro dos seus grupos sociais desde quando eram crianças. Percebe-se, então, que ao ingressarem na escola, os jovens e adultos - trabalhadores ou não - já adquiriram uma aprendizagem informal, e a partir disso terão um processo de aprendizagem escolar diferente das demais que são utilizadas com outros alunos.

O papel dos professores na promoção de uma aprendizagem significativa é desafiar os conceitos já aprendidos, para que eles se reconstruam mais ampliados e consistentes, tornando-se assim mais inclusivos com relação a novos conceitos. Quanto mais elaborado e enriquecido é um conceito, maior possibilidade ele tem de servir de base para a construção de novos conceitos.

O inciso VII do art. 4º da LDB/96 estabelece a necessidade de atenção às características específicas dos alunos matriculados na educação de jovens e adultos. Vê-se, assim, a exigência de formação específica para atuar na EJA, conforme define o um trecho do Parecer CEB/CNE<sup>9</sup> 11/2000, (p.58): “Trata-se de uma formação em vista de uma relação pedagógica com sujeitos, trabalhadores ou não, com marcadas experiências vitais que não podem ser ignoradas”.

---

<sup>9</sup> - CEB: Câmara de Educação Básica; CNE: Conselho Nacional de Educação.

As experiências vivenciadas por pesquisadores ao longo dos anos nos mostram que as instituições escolares devem oferecer condições que possibilitem a permanência e o interesse dos alunos em frequentar a escola. Condições como material escolar, merenda, higiene, iluminação, espaços confortáveis, professores com níveis de letramento escolar voltados para uma dimensão individual e social mais crítica, que não infantilizem os alunos e lhes permitam alcançar as práticas de letramento de forma diversificada e que essas mesmas práticas sejam acolhedoras e expostas de uma maneira que inclua a realidade do aluno no meio do letramento escolar, de forma afetuosa e de boa qualidade fazem com que os alunos se sintam envolvidos, engajados e implicados com o processo de ensino-aprendizagem, lutando com mais força para permanecer no sistema de ensino.

Oferecer condições para manter os jovens e adultos na escola exige do governo uma visão mais sensível em torno das políticas públicas para a área da EJA, que envolvam condições materiais para a oferta de vagas e a permanência dos alunos, planos de cargos e salários e a formação básica e continuada dos educadores de jovens e adultos. É necessário reafirmar que a alfabetização, na visão de escolarizar jovens e adultos, não é um processo fácil e aleatório, nem um processo que deve ficar só no plano do discurso político. Escolarizar jovens e adultos, hoje, significa ter como pilastra uma análise político-crítica da realidade, além de significar também uma preocupação com a ressocialização do aluno trabalhador.

Faz-se necessárias e é de grande importância trabalhar com os alunos da EJA as habilidades da leitura, da escrita, do cálculo e a utilização permanente desses conhecimentos, desenvolver os conceitos e as categorias necessários ao entendimento do mundo em que eles estão inseridos, ao lado de trabalhar o reconhecimento da realidade social, seus problemas e formas de solucioná-los, procurando oferecer a esses alunos os instrumentos necessários para as reivindicações de soluções, além de estimulá-los para o exercício crítico e consciente de seus ideais e objetivos. A influência de profissionais letrados, escolar e socialmente capazes de aguçar nesses alunos a necessidade de sempre ir além e nunca desistir de seus propósitos também auxiliará no ensino da EJA.

No que diz respeito a Paulo Freire (apud Ana Maria Freire, 1998, p.10) relata:

“[...] Não, o aluno deve conhecer-se enquanto sujeito e conhecer os problemas que o afligem no dia-a dia. Portanto, o aluno deve programar em parte o que num período ele quer aprender. E aprender não se aprende. Não é uma educação bancária. Não se aprende tentando depositar numa cabeça vazia uma porção de conhecimento. Conhecer é um ato que é aprendi-do existencialmente, na existência, no cotidiano, pelo conhecimento local [...]”.

Apostando na possibilidade de inclusão de amplas camadas da população historicamente excluídas, podemos identificar na Educação de Jovens e Adultos um papel social fundamental. Não como um papel libertador ou revolucionário, mas, sim, como um ponto de partida importante dos alunos para a ampliação dos espaços de participação na vida pública nas suas mais diferentes formas de manifestação. É dessa participação que virá a inclusão. Segundo Barcelos (2009), a educação pode contribuir significativamente para esse processo, se a tomarmos como um espaço de busca de parcerias, diálogos e alianças entre educadores(as) e educandos(as) e entre conhecimentos científicos e saberes das comunidades e/ou pessoas. Barcelos (idem) explica esse processo no seguinte trecho retirado de seu livro, citado por Tardif (2002, p.13):

“[...] É saber agir com os outros seres humanos que sabem o que lhes é ensinado. Daí decorre um jogo sutil de conhecimentos, de reconhecimentos e de papéis recíprocos, modificados por expectativas e perspectivas negociadas. Portanto, o saber não é uma substância ou um conteúdo fechado em si mesmo; ele se manifesta através de relações complexas entre o professor e seus alunos[...]”.

Hoje em dia, faz-se cada vez mais necessária a busca de interlocução entre os participantes da comunidade educativa. A formação dos professores passa, nos dias de



hoje, por um momento enriquecido quanto às diversidades e pluralidades de diálogos que podem ser estabelecidos. Essas diversidades e pluralidades, que em muitos casos são vistas como um contratempo, são excelentes maneiras para os professores ampliarem seu discurso de conhecimentos e saberes com os educandos, buscando nesses diálogos uma forma mais harmônica e didática de abordar os conteúdos escolares, possibilitando a troca de experiências e de vivências cotidianas.

Segundo Barcellos (2009), há atualmente um consenso entre os(as) educadores(as) quanto a que esforços devem ser empreendidos no sentido de promover/incentivar a inclusão e a convivência, sem esconder nem ressaltar as diferenças, mas, sim, acolhendo-as como parte instituinte e instituidora de cada uma das pessoas.

O papel dos professores na promoção de uma aprendizagem significativa é desafiar os conceitos já aprendidos, para que eles se reconstruam mais ampliados e consistentes, tornando-se assim mais inclusivos com relação a novos conceitos. Quanto mais elaborado e enriquecido é um conceito, maior possibilidade ele tem de servir de parâmetro para a construção de novos conceitos. Sendo assim, o professor da EJA deve levar em conta os saberes que seus educandos já têm, fazendo-os reconhecer seus múltiplos saberes, sua validade para a vida e seus limites. Assim educadores e educandos se reconhecerão como sujeitos portadores e produtores de cultura, de saberes. Reconhecerão o lugar de onde falam, a partir de suas trajetórias, de suas experiências, de suas crenças, desejos e aspirações. Poderão ainda reconhecerem como sujeitos coletivos, os aspectos comuns de suas trajetórias com as de outros colegas, sujeitos integrados em um processo histórico que ultrapassa nosso limite individual e nos identifica com classes sociais, com etnias, com religiões, com gêneros, com partidos ou propostas políticas, com grupos sociais.

### **CAPÍTULO 3: AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS NA EJA**

No que diz respeito à relação entre linguagens e educação, Vygotsky (2008) desenvolve a ideia de que a cultura mediada pela linguagem possibilita a transformação do homem de ser biológico em ser social, substituindo suas funções inatas e propiciando-lhe a utilização de instrumentos e técnicas culturais para além dos limites da natureza. Assim sendo, a educação é capaz de desenvolver as potencialidades do sujeito e de constituir-se como expressão histórica e como crescimento da cultura humana.

A escola como instituição cultural remete à perspectiva de que planeja atividades, modos e atitudes específicas de ser e de pertencer à cultura social do meio em que cabe. Situada numa sociedade grafocêntrica, a escola configura-se como um espaço onde ocorrem diversas práticas culturais e relações entre processos cognitivos e os instrumentos dos signos linguísticos criados pelos seres humanos. Nesse contexto, enfatiza-se o processo de escolarização, por se considerar que ele abrange diferentes práticas culturais, as quais pressupõem a aprendizagem não só dos conteúdos escolares (atividades de leitura, escrita e cálculo), mas também do significado de ser aluno e de ser professor, e do modo como funcionam e se organizam a escola, os papéis, os direitos, os deveres e as funções exercidas pelos sujeitos.

O aprendizado, assim, quando bem organizado e imposto, é capaz de desencadear vários processos internos de desenvolvimento, que só podem ser operados quando a pessoa interage com outros. Ao serem internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento do sujeito que, por sua vez, passam a ser autônomas.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, a linguagem é “a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los em sistemas arbitrários de representação” (PCNEM, 2000, p.5). A linguagem é caracterizada como uma forma de comunicação, isto é, de comunicação de um indivíduo com o outro, com o mundo. Concluimos então que as múltiplas linguagens são, em síntese, as diferentes maneiras de abordar a comunicação com alguém ou com a sociedade.

Ao longo do tempo, o uso frequente da linguagem verbal (código linguístico) fez parte da maioria dos planos de aula, tornando-a repetitiva e restrita. Contudo, atualmente, com a evolução da tecnologia, há a necessidade de trabalharmos cada vez mais a linguagem não-verbal (a utilização do não-linguístico, que pode ser um gesto, um desenho etc). Portanto, para se obter melhorias na qualidade do ensino e a permanência dos alunos com interesse e frequência, a escola precisa de professores capacitados para adotarem progressos na qualidade do ensino e para que haja uma modernização na estrutura dessa instituição a fim de estimular melhorias no desempenho dos alunos.

As múltiplas linguagens são instrumentos de integração social e formas de expressão, informação e comunicação. Por meio delas nos conectamos ao mundo da aprendizagem de diversas formas, seja na arte, na ciência, na tecnologia etc. Diferentes formas de linguagem fazem parte do meio educacional nos tempos de hoje. Citamos como exemplos as linguagens visuais, audiovisuais, artísticas, midiáticas, entre outras. Essas linguagens conseguem transformar a aprendizagem num eixo de dinamismo e multiculturalismo quando utilizamos os meios diferentes da linguagem verbal para ensinar aos alunos. Explorar esses novos meios se torna fundamental para uma boa aprendizagem. O professor que adquire novas maneiras e metodologias de ensinar seus alunos agrega com eles o interesse, a busca pelo saber constante e o entusiasmo de sua turma.

### **3.1: Como o uso das múltiplas linguagens na EJA auxilia a alfabetização dos alunos?**

Segundo Moll (2008, p.127), “a educação de jovens e adultos está configurada como um lugar de reencontros de tempos e de espaços”. Os alunos são indivíduos que de alguma maneira foram excluídos do processo escolar educacional no seu devido tempo, a infância. Esses indivíduos geralmente contam que, quando ainda eram crianças, tiveram que trabalhar junto à família, ou longe dela, para sobreviver, tendo, como consequência disso, a “infância roubada”, longe de brincadeiras e estudos.

Afirma ainda a referida autora (MOLL, idem, p.21) que “o ser humano é um sujeito complexo, sócio-histórico, produtor/autor/ator de espaços nos quais interage, necessita

compreender-se como alguém que atua na construção da vida, do trabalho, do mundo”. O uso das múltiplas linguagens serve como “essência” no ato de buscar. Quando utilizadas pelo professor na alfabetização, constituindo diferentes visões interdisciplinares de um tema a ser abordado ou quando associadas às várias formas de lidar com certo tipo de conteúdo, interligam o aspecto didático com o pessoal, trazendo à tona diversas maneiras de questionar o conteúdo, lembrando fatos que aconteceram em suas vidas e que se igualam somente pela outra forma de se trabalhar a matéria, desenvolvendo no aluno a sensação de sentir-se constituinte do meio escolar e em seguida constituinte da sociedade e do mundo.

Podemos citar como exemplo das inúmeras linguagens existentes na comunicação humana a *linguagem midiática* que, por meio da televisão e do rádio, bem como do jornal, consegue explorar a aprendizagem de uma maneira atualizada, dinâmica e até mesmo divertida, interagindo com o aluno e motivando-o a reflexões. Quando um aluno se põe à frente da TV e assiste a um telejornal ou a um documentário, quando escuta no rádio notícias ou informes, está adquirindo diversas informações (novas ou não) que complementam o seu ensinamento, podendo levá-lo a novas pesquisas ou inclusive a tecer argumentações como aluno crítico dentro da sala de aula.

Ao explorar textos com características distintas, fotografias e recursos gráficos, os jornais representam uma fonte respeitada para a realização de pesquisas e para a obtenção de informações sobre o mundo atual. Além disso, eles se modernizaram e passaram por reestruturações gráficas e editoriais para proporcionar uma leitura mais agradável de seu conteúdo. Por meio do jornal o professor pode estimular os alunos a escreverem, a argumentarem, a trabalharem em grupo, entre outras questões. Os jovens e adultos geralmente preferem ler a versão em papel, por ser um modo mais fácil de encontrar as notícias. O professor pode chamar-lhes a atenção para a diagramação (o motivo pelo qual uma notícia aparece em cima e outra embaixo da página, ou o uso de letras maiores ou menores nos títulos e subtítulos, por exemplo) e destacar como os jornais abordam de diferentes maneiras um mesmo tema, comparando-o com outras publicações ou com telejornais. Os alunos também podem descobrir nos jornais as diferenças entre os vários gêneros textuais (artigos, reportagens, classificados, horóscopo etc) e a partir dessa percepção desenvolver o aprendizado.

De acordo com Vygotsky (2008), o sujeito é ativo e interativo, pois constrói conhecimento e constitui-se por meio de relações interpessoais. É na troca com outros sujeitos e consigo mesmo que seus conhecimentos, papéis e funções sociais vão sendo internalizados, possibilitando a construção de novos conhecimentos e o desenvolvimento da personalidade e da consciência. Nessa perspectiva, podemos compreender os alunos da EJA como sujeitos históricos, sociais e culturais, dotados de conhecimentos e experiências acumulados ao longo da vida, que necessitam da intervenção de instituições culturais capazes de desencadear o desenvolvimento de suas potencialidades. Não são, portanto, objetos depositários de conhecimentos, mas sujeitos capazes de construir conhecimento e aprendizado.

Desse modo, aprendendo a utilizar os instrumentos de seu grupo cultural e os sistemas linguísticos, jovens e adultos podem desenvolver novas formas de atividades, transformando esses objetos em signos culturais. Assim, as múltiplas linguagens se tornam práticas características do meio social, como estímulos para desenvolver no sujeito o potencial adequado para a compreensão da didática escolar e da cultura do mundo.

A *linguagem musical* é outro viés para a alfabetização. Segundo Garcia (2000), quando um professor se propõe a trabalhar o entorno sonoro, ele tende a colecionar sons, a buscá-los, estimulando o despertar nos alunos de um sentido que, ao longo do tempo, foi tendo importância menor, enquanto os homens considerados primitivos decifravam e liam seu entorno também através do ouvido.

Ao compreendermos a música, poderíamos entender também que ao sabermos um tanto sobre ela estaríamos desenvolvendo algo sobre o cotidiano. Aguçaríamos a sensibilidade e, ao aguçá-la, melhoraríamos a “paisagem sonora do mundo” e refletiríamos sobre o dia-a-dia. Uma proposta exemplificada no referido texto por Garcia (*idem*) seria sair das salas de aula e procurar os “sons do mundo”, como, por exemplo, o barulho dos veículos no trânsito, os sons ecoados das pessoas dialogando na rua ou um simples bater asas de alguma ave, orientando os alunos pelas posições leste, oeste, norte e sul, trabalhando assim interdisciplinarmente os pontos cardeais geográficos.

Um aluno, ao se referir a uma música, observa a sensibilidade, porque a música toca a sua alma e pode deixá-lo leve, triste, feliz, entusiasmado, melancólico ou saudoso. Ele consegue entender o sentido de sensibilidade e o porquê cada um tem uma maneira de sentir ou de gostar de algo. Ele compreende que cada aluno é único.

Outro exemplo bem característico do uso de múltiplas linguagens nos dias de hoje é o emprego da *linguagem virtual*. Muitos professores aderiram ao uso desse tipo de linguagem na maior parte do tempo, estimulando seu aluno a se tornar pesquisador, interessado e adentro as atualidades. É quase impossível, hoje em dia, uma pessoa desconhecer a função do computador ou da internet, dado que esses meios linguísticos estão sempre presentes no meio em que vivemos. Através de variados cursos e de atividades, acessados de qualquer lugar e a qualquer hora, esse tipo de linguagem permite ao aluno conectar-se com todo o planeta em tempo real. Utilizar o computador e a internet permite ao aluno estar sempre atualizado, de forma rápida e tecnológica, através, por exemplo, de recursos comuns, como um site de pesquisas, um canal de conhecimento ou vídeos sobre qualquer tema que possa interessar-lhe.

Um tipo de linguagem que na maioria das vezes está presente na escola é a *linguagem artística*. A arte sensibiliza, amplia e aprofunda o olhar que temos do homem na vida do outro. É um olhar além de letras, palavras, frases, textos, números ou mapas. A arte é fundamental na formação do ser humano, pois é a partir dela que o indivíduo amplia suas possibilidades de expressão, de criação e de conhecimento. A arte na escola deve garantir que os alunos vivenciem e compreendam aspectos técnicos, criativos e simbólicos em música, artes visuais, teatro, dança etc. Para tal é necessário um trabalho organizado, consistente, por meio de atividades artísticas relacionadas com as experiências e as necessidades da sociedade em que os vivemos. A arte pode colaborar para a contínua formação da identidade e de uma possível nova cidadania desses jovens e adultos que se educam nas escolas um pouco tardiamente, contribuindo para a aquisição de competências culturais e sociais no mundo no qual estão inseridos.

A linguagem artística possibilita relacionar sentimentos, trabalhar aspectos psicomotores e cognitivos, além de planejar e implementar projetos criativos nos alunos, engajando-os emocionalmente em um processo reflexivo. Talvez mais do que

em outras linguagens, na artística os alunos são desafiados a entrar em contato consigo mesmos, como quando, por exemplo, criam uma coreografia, realizam um jogo teatral, interpretam uma música ou apreciam um quadro. Isso não é nada menos do que formar a sua própria imagem de mundo, e dispor de mais elementos para melhor compreender a realidade.

No ato de transmitir/ produzir conhecimento a comunicação é fator primordial para esse processo; é importante sempre buscar a interação entre o professor e o aluno no cotidiano escolar. Vale ressaltar que essa comunicação pode ser expressa de várias formas, e a linguagem corporal, visando à interação harmoniosa na prática escolar, é uma delas. Todo e qualquer indivíduo deve saber que o corpo é um grande aliado na transmissão de conhecimento, além de ser um recurso de grande relevância para a transmissão de novas informações.

Freire (2008) nos remete a entender que toda prática educativa tem como objetivo a superação e a mudança. A educação deve provocar novas compreensões, novos desafios que levem à busca de novos conhecimentos. É um processo contínuo de compreensão do mundo e de suas relações com ele numa realidade em transformação, podendo tornar-se uma prática de liberdade e uma prática mediada. Sendo assim, a educação deve estruturar-se na relação com os outros, por meio do diálogo, constituindo-se uma situação de aprendizado em que os sujeitos participam interativamente do processo de conhecer o mundo em que estão inseridos. É, portanto, na realidade vivenciada e na visão do mundo dos jovens e adultos que se encontra o conteúdo da educação. A prática pedagógica consiste numa investigação do pensar e na discussão das visões de mundo expressas nas diversas maneiras de relacionar-se com os outros e com os objetos de conhecimento.

*A linguagem corporal é o reflexo externo do estado emocional da pessoa. Cada gesto ou movimento pode ser uma valiosa fonte de informação sobre a emoção que ela está sentindo em um dado momento. A linguagem presente no gesto, nos movimentos simples ou complexos permite ao aluno ser e estar no mundo. É um mundo que se movimenta, que gesticula, que faz com que cada criança procure formas de imitá-lo para aprender a nele viver. Sabendo da bagagem que os alunos da EJA levam para a sala*

de aula, trabalhar os gestos se torna também um meio de socializar e de interagir com as variadas culturas de suas origens, desmistificando a dança na EJA e fazendo uso dela no cotidiano escolar, valorizando assim as vivências desses alunos.

Ao utilizar a *linguagem teatral* como prática didática o professor valoriza o letramento na sala de aula. Várias são as possibilidades dramatúrgicas a serem utilizadas: teatro de fantoches, fantoches de dedo, fantoches com sucata, além de encenações com personagens representados pelos próprios jovens e adultos. Para o aluno da EJA, essas atividades relacionadas ao teatro são uma ótima oportunidade de mostrar espontaneamente sua emoção, o seu mundo imaginário, recriando sua própria realidade para construir o seu conhecimento. O professor pode propiciar momentos de fantasia, sonho e expressão espontânea do aluno, afirmando sua identidade, seu senso crítico e inserindo-o de forma natural na cultura letrada. Isso implica a possibilidade do jovem e do adulto fazerem uso da escrita socialmente, respondendo de forma adequada às demandas da sociedade que exigem indivíduos que, além de saberem ler e escrever, consigam interpretar e interagir de maneira a modificar suas condições iniciais sob os aspectos sociais, culturais, cognitivos e econômicos. Desse modo, propostas envolvendo técnicas teatrais como meio para estimular o letramento são importantes, já que incentivam o aluno a praticar socialmente a leitura e a escrita de forma criativa, ativa e autônoma, servem como forma de expressão artística e requerem a participação ativa de todos os envolvidos.

Desse modo, observa-se que, junto à aprendizagem dos métodos tradicionais de linguagem na educação básica escolar, há também a necessidade da alfabetização utilizando diferentes linguagens, como a artística, conforme abordado anteriormente, em função de um tempo e da sociedade em que o consumo de imagens, sons, cores e moldes tem importância como instrumento representativo do real. Portanto, destaca-se a importância de se trabalhar também com outros suportes e não apenas com os livros didáticos (pedagógicos) de linguagem escrita. Nesse sentido, destacamos também a *fotografia*. A fotografia cria para os educandos possibilidades de interpretação do mundo à sua volta, representações de sua vida escolar, familiar e geográfica, explorando linguagens diferentes que auxiliam na comunicação e no entendimento de seu mundo particular e social. Além disso, há também a preservação da memória por imagem,



provocando no sujeito a oralidade decorrente do olhar atento de uma fotografia, que congela no espaço e no tempo realidades de outrora.

Observamos, então, que o aluno necessita que a escola dialogue (um exemplo de múltiplas linguagens) sobre cidadania, que forme indivíduos capazes de criticar, opinar e interagir com o outro. Em sala de aula, o professor tem que possibilitar esse entendimento de diferentes pontos de vista, daí a necessidade das múltiplas linguagens na alfabetização de jovens e adultos. Eles precisam interpretar as convenções sociais de maneiras distintas, com diversas visões de mundo. Precisam estar aptos e abertos a desconstruções das verdades únicas, bem como não serem passivos ao conhecimento “pronto e acabado”. Cabe assim à escola desenvolver nos alunos a capacidade de problematizar os discursos ouvidos, de reconhecer o poder da fala e dos gestos e, assim, permanecer críticos e ativos na sociedade.

Decerto é possível encontrar na sociedade contemporânea vários tipos de outras linguagens que não as mencionadas, motivo pelo qual defendemos quão necessário se torna diversificar as linguagens utilizadas no cotidiano escolar. Um professor deverá saber adequar-se ao momento e buscar junto com os alunos novos meios de desenvolver o conhecimento em sala de aula. Diferenciar, explorar e praticar são verbos constantes que devem ser utilizados no dia-a-dia. Um aluno ou um professor que apresenta junto à turma um conteúdo visto na TV ou pesquisado na internet pode enriquecer ainda mais a prática docente/discente no meio escolar. Um professor que estimula seu aluno a representar uma dança, uma dramatização ou até mesmo que expresse por meio de um desenho o que aprendeu aprimora as outras habilidades desejáveis no ser humano, como saber desenhar, expressar-se e comunicar-se de diferentes modos.

É por isso que o trabalho coletivo dos professores interagindo entre si enriquece o ensino. Não se trata da troca de disciplinas, mas da troca natural de experiências, das diversas formas de se trabalhar um conteúdo, resultando em formas variadas de conhecimentos, seja pela arte, pela ciência, pela tecnologia etc.

Múltiplas e diferentes são as linguagens existentes na escola. É preciso destacar como o ambiente pode influenciar positivamente o processo de aprendizagem. Quando o aluno

que abdicou da escola por motivos pessoais retorna ao ambiente escolar, ele reaviva diversas lembranças, afetos, dúvidas e aprendizagens passadas, conseguindo, assim, na maioria das vezes, ambientar-se melhor na sala de aula.

Para Freire (2008) e Vygotsky (2008), o aprendizado tem natureza social e histórica, uma vez que opera nas relações interpessoais situadas em um tempo ou espaço próprio. Sendo um processo social, o aprendizado se faz por meio do diálogo e do uso das linguagens. Nesse processo, o sujeito parte de suas experiências, vivências e significados para uma análise intelectual, comparando, unificando e estabelecendo relações lógicas. Assim, os conceitos construídos ao longo da vida passam por um processo de ressignificação e estabelecem uma nova relação cognitiva que resulta no desenvolvimento da consciência e de vários processos internos do pensamento, além da reconstrução de conceitos, agora científicos.

A título de curiosidade, certa vez fui estagiária em uma turma de EJA em uma escola pública do município do Rio de Janeiro, e em uma das aulas observadas surgiu um “causo-exemplo” do que abordo neste trabalho, que relato a seguir. Um aluno representou certo tipo de jogo na aula de artes, desenhou algo que lembrou seu passado e logo em seguida outro aluno da mesma turma fez disso base para se lembrar de algo que foi aprendido em sua infância. Assim, a professora regente da turma conseguiu relacionar o assunto debatido ao conteúdo-tema estudado pelos alunos e toda a turma interagiu muito, aprendendo com facilidade e desenvolvendo juntos uma boa prática de ensino-aprendizagem, já que conseguiu remeter-se a algo que foi vivenciado na vida dos alunos.

Moacyr de Góes, em seu livro “De pé no chão também se aprende a ler” (1980, p.98), remete-nos a um dos ideais importantes para a EJA: a junção entre vivência e aprendizagem. Segundo o autor:

“[...] Acreditar na potencialidade do povo humilde foi sempre uma aposta que De Pé no Chão fez. Pagou pra ver. E ganhou. Acreditamos, também, ter sido válida a experiência pedagógica. O conhecimento recíproco professor-aluno, a vivência no mesmo chão

do bairro, sob as mesmas necessidades e com as mesmas aspirações sociais, terão levado a uma interação maior docente-discente. O rendimento da aprendizagem alcançado, nas condições em que foi obtido, estará alheio a essa estratégia de utilizar, principalmente, a mão-de-obra do próprio bairro ou de adjacências. Diga-se, a bem da verdade, que, ao optarmos por esse procedimento, o que nos preocupava era o preço do transporte para quem era pobre, como a professorinha, que ganhava apenas um pró-labore, sem nomeação, sem carteira de trabalho assinada, sem nada, fundamentalmente engajada num quase-voluntariado. Todavia, acompanhando o desenvolvimento do processo, nos convencemos de que estávamos agindo certo. Mais uma vez o povo dava lições aos seus “intelectuais orgânicos”. E assim continuamos a ouvir as lideranças populares e as organizações dos bairros para recrutar as professorinhas locais, e juntos crescemos numa identidade, que ia do aluno ao Prefeito, passando pela Secretaria de Educação[...]”.

Para Paulo Freire, a complexidade humana, a política, a cidadania, o trabalho, as condições de sobrevivência e o diálogo servem como princípios básicos da prática educativa. A compreensão do mundo através da leitura que se faz dele é peça fundamental no processo de aprendizagem, pois nos leva a dialogar, refletir, assumir posicionamentos e questionar as práticas cotidianas. Porém, no atual cenário educacional brasileiro, tal compreensão não é o que se vê. Projetos de alfabetização para jovens e adultos são planejados com tempos determinados, tendo como resultado a alfabetização funcional, utilitária ou mecânica, desprovida de caráter significativo e crítico. Grande parte disso se faz presente em sala de aula na EJA quando, por exemplo, só são abordados na maior parte do tempo conteúdos de matemática e de português, deixando de lado os de outras disciplinas. Até a forma como é exercida a prática educativa tira o foco para a criticidade dos alunos. Matérias excessivas no quadro para serem copiadas, leituras de textos, cálculos de adição e subtração descontextualizados são frequentes nesse processo. Estariam esses alunos passivos à acomodação e ao desinteresse das aulas monótonas e longas?

A sala de aula tradicional da EJA, dadas as restrições de espaço e de tempo das aulas, limita e intimida o educador a propor ou realizar dinâmicas que envolvam o movimento, as emoções, a oralidade e a expressão corporal. A maioria dos alunos provém de uma camada menos privilegiada da sociedade que, pela necessidade de ingresso no mercado de trabalho, não teve a oportunidade de frequentar a escola regularmente. Assim, os limites do professor vão sendo vencidos no dia-a-dia, se ele for aberto para ouvir, descobrir, elaborar, explorar novas frentes de conhecimento. O professor ainda tem que lidar com a baixa autoestima e o sentimento de incapacidade de aprender com que a maioria dos alunos chega à escola. Na prática, o que é revelado é que esses alunos precisam entrar em contato com conteúdos e atividades que favoreçam a aquisição de conhecimentos através da observação, da análise, da comparação, da generalização, da reflexão e do pensamento crítico.

Quando um professor utiliza a arte, a educação física, a música ou a poesia para auxiliar no processo de alfabetização do aluno, ele estimula toda a bagagem cultural que esse aluno teve durante sua formação e seu desenvolvimento como ser humano sensível e criativo. Desenvolve e resgata também o que foi aprendido durante a infância e que esse aluno não teve o prazer de expandir na escola, já que foi tomado pelo trabalho muito cedo. Dessa forma, o professor procura ressignificar o aprender que por ora foi esquecido, aliando as múltiplas linguagens à riqueza da aprendizagem, do pintar, do dançar, do pensar, estimulando assim que esse aluno tenha acesso a conteúdos e linguagens dos quais foi tolhido quando era criança.

De acordo com Cortella (1999), “como educadores, devemos proporcionar aos alunos a compreensão das condições culturais, históricas e sociais da produção de conhecimento, uma vez que este é fruto das convenções, de acordos circunstanciais que não necessariamente representam a única possibilidade de interpretação da realidade”. O autor afirma que a linguagem do mundo absorve e reproduz as “normas” e vivências necessárias para se estar em sociedade e que, ao saber interpretá-las, o indivíduo consegue estar apto para viver em coletividade.

O professor que se entusiasma com a quantidade de aspectos que podem ser discutidos na sala de aula em relação às várias imagens que a sociedade recebe diariamente,

consegue refletir sobre seus conteúdos e possivelmente estimula seu aluno a refletir sobre a relação entre as imagens abordadas em sala de aula e as imagens midiáticas. Estas imagens são uma importante referência na vida do aluno, pois transformam sua prática didática num diálogo reflexivo e problematizador que modifica e enriquece as questões por ele abordadas.

Na EJA, assim como em qualquer outra modalidade de ensino, faz-se necessário o uso das múltiplas linguagens, pois é através delas que o indivíduo se identificará, integrará ao grupo e permanecerá dentro da sala de aula. O trabalho do professor é abordar os meios diferentes dessas linguagens naturais do indivíduo para alcançar outros caminhos de descobertas, de ensino e novas criações. O conhecimento, os conteúdos, os temas e as atividades variadas estarão presentes na sala de aula e o aluno buscará com esses diferentes meios seu entendimento e a compreensão do mundo que o cerca.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, ressaltamos que o sujeito não aprende somente por meio da repetição ou da leitura e da escrita, mas também pelas múltiplas linguagens inerentes ao processo de apropriação do conhecimento. As múltiplas linguagens devem ser entendidas como formas facilitadoras do aprendizado, o que não significa desconsiderar a importância da forma “tradicional” de ensinar a ler e escrever, mas, sim, considerar as múltiplas linguagens como “novas” atitudes necessárias para contribuir para o desenvolver desse ensinar.

Pensamos que todas as formas de linguagem que abordamos neste trabalho são ricas nas práticas educacionais com a educação de jovens e adultos. Elas permitem uma gama de novas vivências e de novas experiências que ampliam com intensidade o repertório cultural dos alunos, oportunizando-lhes diversas interações. Muitas vezes alguns educadores norteiam-se por rotinas monótonas, com atividades tradicionais, em um espaço simples, desvalorizando a realidade do cotidiano dos alunos da EJA. Tal atitude projeta nos jovens e adultos aquilo que eles não são, e desconstruir essas práticas acaba sendo um caminho difícil.

Uma prática que respeite os direitos dos alunos, que busque conhecê-los melhor para dialogar com eles, pensando nos alunos como um campo produtivo para instigar e desenvolver, considerando-os seres sociais que têm muito a ensinar e a aprender, que lhes dê aos alunos pistas a cada segundo de sua especificidade, ao mesmo tempo, de sua multiplicidade, convidando-os a refletir sobre as ações do mundo para entender suas histórias e sua bagagem cultural é fundamental para o desenvolvimento das práticas na EJA.

A educação vem avançando e superando desafios no que diz respeito ao trabalho com as potenciais múltiplas linguagens presentes na educação dos jovens e adultos. Esperamos, em um tempo não muito distante, o amplo desenvolvimento de uma pedagogia que trabalhe o cotidiano desses alunos por meio das interações e das variadas dimensões linguísticas, como a musical, a artística, a midiática, as visuais, as audiovisuais, a oral e a escrita, proporcionando aos alunos a construção de seus conhecimentos da forma mais

rica possível, tornando o espaço da sala de aula um lugar de pertencimento e de vivências socioculturais, no qual os alunos se sintam à vontade para viajar no imaginário e construir conhecimentos, trilhando passos, paralelamente, para a construção efetiva da cidadania e do bem comum.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELOS, Valdo. *Formação de professores para educação de jovens e adultos*. 3ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação* / Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2ª edição.
- BRASIL. LDB, Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em < [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) >. Acessado em 03/12/2016.
- BRASIL. Secretaria de Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental e Médio*. Brasília: MEC, 2002.
- CORTELLA, Mário Sérgio. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 1999.
- FÁVERO, Osmar. *Memória das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966)*. Disponível em <<http://forumeja.org.br/df/files/leiamais.apresenta.pdf>>. Acessado em 03/12/2016.
- FREIRE, Ana Maria Araújo. *Paulo Freire: sua vida, sua obra*. Texto elaborado a partir da palestra “Vida e obra de Paulo Freire”, no I Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA, em 25 de abril de 1998, no Recife/PE.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 47. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autors associados; Cortez, 1996.
- GARCIA, Regina Leite (org.). *Múltiplas linguagens na escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler*. Volume 3. Editora Civilização brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1980.
- KLEIMAN, A. (org.). *O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- LDB - *Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LEI Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.
- LEITE, Sérgio Antônio da Silva. *Afetividade e letramento na educação de jovens e adultos EJA*. Cortez Editora, São Paulo, 2013.



MACHADO, Maria Margarida. *Formação de professores para EJA, uma perspectiva de mudança*. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-174, jan./dez. 2008.

MOLL, Jaqueline. *Educação de jovens e adultos*. Editora Mediação, 3ª edição, Porto Alegre, 2008.

PAIVA, Jane e OLIVEIRA, Inês Barbosa de (orgs.). *Educação de jovens e adultos*. Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2009.

PCNEM, Ministério da Educação e Cultura. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio*, 2000. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14\\_24.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf)>. Acessado em 03/12/2016.

PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

ROSAS, Paulo (org.) - *Paulo Freire – Educação e Transformação Social*. Recife, UFPE, 2002.

SOARES, Leôncio José Gomes. *Educação de Jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. *O educador de jovens e adultos e sua formação*. Educação em revista, Belo Horizonte, n. 47, Junho/2008.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. 5ª edição, 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

UNESCO, MEC. *Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos - V CONFINTEA*. Brasília: MEC, 2004.

VÓVIO, Cláudia Lemos e Kleimann, Ângela - *Letramento e alfabetização de pessoas jovens e adultas: um balanço da produção científica*. Cad. CEDES vol.33 n° 90. Campinas. Maio/Agosto, 2013.

VYGOTSKY, Lev S. - *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.